

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE  
CURSO BACHARELADO EM TERAPIA OCUPACIONAL**

**CINDY BIANCA SOARES CAVALCANTE**

**PARTICIPAÇÃO SOCIAL DE ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE  
ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL**

João Pessoa – PB

2016

CINDY BIANCA SOARES CAVALCANTE

**PARTICIPAÇÃO SOCIAL DE ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE  
ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de Terapia Ocupacional da Universidade Federal da Paraíba-UFPB como requisito obrigatório para obtenção do título de Bacharel em Terapia Ocupacional.

Orientador: Terapeuta Ocupacional Luciano Belas e Silva Filho.

Coorientadora: Prof.<sup>a</sup> M.<sup>a</sup> Joana Rostirolla Batista de Souza

João Pessoa – PB

2016

C376p

Cavalcante, Cindy Bianca Soares.

Participação social de adolescentes em situação de acolhimento institucional  
/ Cindy Bianca Soares Cavalcante. -- João Pessoa: [s.n.], 2016.  
45f. : il.

Orientador: Luciano Belas e Silva Filho.

Co-orientadora: Joana Rostirolla Batista de Souza.

Monografia (Graduação) – UFPB/CCS.

1. Participação social - Adolescente. 2. Terapia ocupacional.

BS/CCS/UFPB

CDU: 316-053.63(043.2)

CINDY BIANCA SOARES CAVALCANTE

PARTICIPAÇÃO SOCIAL DE ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE  
ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de Terapia Ocupacional da Universidade Federal da Paraíba-UFPB como requisito obrigatório para obtenção do título de Bacharel em Terapia Ocupacional.

Orientador: Terapeuta Ocupacional Luciano Belas e Silva Filho.

Coorientadora: Prof.<sup>a</sup> M.<sup>a</sup> Joana Rostirolla Batista de Souza

BANCA EXAMINADORA

---

Terapeuta ocupacional Luciano Belas e Silva Filho  
Orientador

---

Prof.<sup>a</sup> M.<sup>a</sup> Marília Meyer Bregalda  
Examinador - UFPB

---

Prof.<sup>a</sup> M.<sup>a</sup> Beatriz Prado Pereira  
Examinador - UFPB

João Pessoa – PB  
2016

Dedico este trabalho à Ana Maria,  
minha mãe, a pessoa mais importante da  
minha vida.

*(In Memoriam).*

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço à Deus, que me possibilitou e capacitou durante toda minha vida, como também, permitindo que a Terapia Ocupacional adentrasse em minha vida. Ela ajudou a dar significado ao meu viver!

Agradeço aos meus familiares, educadores da minha moral e fontes de inspirações para me manter na caminhada. Em especial, Andrea, Vanda, Valéria e Edson. Sou muito agradecida por todo apoio e aconselhamento.

Agradeço ainda aos amigos que fiz durante a trajetória de formação acadêmica. Lucas, meu amigo-irmão, obrigada por caminhar comigo nessa jornada, juntos nós crescemos, aprendemos, nos aventuramos e nada que eu disser se compara a importância que você tem em minha vida, porém, o mais próximo que posso chegar a este significado está na pureza e profundidade da expressão “eu te amo”, e só para enfatizar, é muito! Lys Ribeiro, Lívia Caroline e John Reitzel, a amizade que construímos foi fundamental para que pudesse perceber as pessoas especiais que vocês são, obrigada por toda cumplicidade! Ao meu amigo Vinícius, te agradeço por estar comigo desde a época da escola, falar de ti faz-me refletir o quão feliz são aqueles que preservam e regam diariamente o sentimento da amizade duradoura.

À Wagner, meu companheiro e namorado, agradeço por toda paciência, compreensão e força que me proporcionou durante esse tempo que estamos juntos.

Aos professores do curso de Terapia Ocupacional, agradeço pelos ensinamentos e contribuições. Em especial às professoras Clarice Ribeiro, Barbara Barroso, Marília Bregalda e Carmen Costa; sou agradecida por ultrapassarem seus papéis de professoras e se tornarem amigas, as levarei eternamente no coração como inspirações de humanidade.

À banca examinadora, Luciano Belas, Marília Bregalda e Beatriz Prado, sou muito grata por todas as contribuições que vocês fizeram durante a construção do trabalho.

Por fim, mas não menos importante, meu muito obrigada a Luciano Belas por ser esse professor, preceptor, orientador e amigo excepcional! Muito obrigada pelos ensinamentos, pela paciência que teve comigo, por compartilhar os seus saberes e por todos os conselhos. Sou agradecida por acreditar sempre em meu potencial e por me fazer ir sempre mais além.

“As crianças não são loucas  
das quais o passado pode ser  
apagado com uma esponja, e sim  
seres humanos, que carregam  
consigo suas experiências  
anteriores e cujo comportamento  
presente é profundamente  
influenciado por tudo o que se  
passou antes.”

John Bowlby

## RESUMO

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990 o acolhimento institucional é uma medida provisória e excepcional, utilizada de forma transitória até que ocorra a reintegração familiar. Não sendo possível esta reintegração, a colocação em família substituta torna-se uma alternativa, uma vez que é direito fundamental da criança e do adolescente o convívio na comunidade e com a família. O presente estudo tem como objetivo investigar a participação social de adolescentes de uma Casa Lar do município de João Pessoa-PB. Trata-se de um estudo descritivo, com abordagem de natureza qualitativa, cujos participantes foram adolescentes entre 12 e 18 anos que estão em situação de acolhimento institucional na referida Casa Lar, que aceitaram participar da pesquisa de forma voluntária e assinaram o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido. Para a realização da pesquisa, foi utilizado como instrumento de coleta de dados a entrevista semiestruturada, com roteiro elaborado pela pesquisadora. Após a finalização da coleta, foi realizada a análise dos dados empíricos, tendo como parâmetro as próprias categorias que surgiram desses dados. Conforme foram construídas, analisadas e discutidas as categorias e frente às respostas obtidas às questões norteadoras, foram definidos três eixos temáticos. Foi verificado que os adolescentes participam de atividades esportivas e cursos profissionalizantes, como também frequentam serviços da área de saúde e da assistência social. Alguns adolescentes afirmaram sentir falta de sair com amigos, brincar, realizar outros cursos e praticar outros esportes. Apenas dois adolescentes afirmam ter contato com a família, e acontece de forma esporádica. Almeja-se que essa pesquisa contribua para uma possível reavaliação do serviço prestado pela Casa Lar e sugere-se avaliação empírica e expansão da pesquisa aplicada em outros abrigos de acolhimento institucional na região paraibana, a fim de coletar dados comparativos, visando o aprimoramento destas instituições para que, cada vez mais, prestem atenção de qualidade às crianças e adolescentes.

Palavras-chave: Adolescente, Participação Social, Terapia Ocupacional.

## **ABSTRACT**

According to the Statute of Children and Adolescents (ECA) of 1990, the institutional care is a provisional and exceptional measure used transiently until there is family reintegration. When is not possible this reintegration, placement in a substitute family becomes an alternative, since it is the fundamental right of children and adolescents living in the community and family. The present study aims to investigate the social participation of adolescents in a Foster Home in the city of João Pessoa - PB. This is a descriptive study, with qualitative approach whose participants were adolescents between 12 and 18 who are in residential care situation in that Foster Home and agreed to participate voluntarily and signed the Informed Consent Form. For the research, it was used as data collection tool a semi-structured interview with script prepared by the researcher. After completion of the collection, it was made the analysis of empirical data that had as a parameter the own categories that have emerged of such data. As were built, analyzed and discussed the categories and forward to the responses from the guiding questions, three topics have been defined. It was found that teenagers participate in sports activities and training courses as well as attend services of health and social care. Some teens said they miss hanging out with friends, play, taking other courses and practice other sports. Only two teenagers claim to have contact with their family that occurs sporadically. Therefore, this research craves to contribute to a possible reassessment of the service provided by Foster Home and suggests empirical evaluation and research of the expansion applied in other residential care shelters in the state of Paraíba in order to collect comparative data for improve these institutions so that, increasingly, provide quality care to children and adolescents

**Keywords:** Adolescents, Social Participation, Occupational Therapy

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AIVD – Atividades Instrumentais de Vida Diária

AOTA – Associação Americana de Terapia Ocupacional

AVD – Atividades de Vida Diária

CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado em Assistência Social

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

PNCFC – Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

## LISTA DE TABELAS

<b>TABELA 1 – Distribuição dos serviços de acolhimento institucional no Brasil por região .....</b>	<b>17</b>
<b>TABELA 2 - Distribuição de crianças e adolescentes por sexo e faixa etária por região em casas lares.....</b>	<b>18</b>
<b>TABELA 3 – Distribuição de serviços de acolhimento institucional na cidade de João Pessoa .....</b>	<b>18</b>

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>2. METODOLOGIA.....</b>	<b>22</b>
<b>2.1 Natureza e tipo de estudo.....</b>	<b>22</b>
<b>2.2 Participantes do estudo.....</b>	<b>22</b>
<b>2.3 Local do estudo.....</b>	<b>23</b>
<b>2.4 Técnicas e instrumentos de coleta dos dados .....</b>	<b>23</b>
<b>2.5 Aspectos éticos.....</b>	<b>24</b>
<b>2.6 Análise dos dados.....</b>	<b>24</b>
<b>3. RESULTADOS E DISCUSSÃO .....</b>	<b>26</b>
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>37</b>
<b>5. REFERÊNCIAS .....</b>	<b>39</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A provisão de serviços de acolhimento institucional é uma medida de proteção utilizada sempre que crianças e adolescentes têm seus direitos violados e vivenciam situações nas quais estão vulneráveis a graves riscos à sua integridade física e psíquica. (ADRIÃO; TEIXEIRA, 2013). A organização do serviço deverá garantir privacidade, o respeito aos costumes, as tradições e a diversidade de: ciclos de vida, arranjos familiares, raça/etnia, religião, gênero e orientação sexual. (CNAS, 2009).

A terminologia programa de acolhimento institucional é uma construção dos tempos atuais, sucedida de discussões e reformulações políticas e socioassistenciais acerca da institucionalização de crianças e adolescentes que tiveram os seus direitos violados.

Ao abordar o tema acolhimento institucional para crianças e adolescentes, é preciso contextualizá-lo a partir dos fatos históricos e das repercussões destes nas práticas institucionais atuais.

“No século XIX, a definição de criança significava aquelas que eram criadas por quem lhes deu a origem, as “crias” da casa, sendo responsáveis por elas, a família consanguínea ou a vizinhança”. (ARAÚJO, 2015, p. 14).

De acordo com Reis (2009), a palavra infância vem do latim *infans* que significa quem não fala, não tem voz. O fato de não falar pode até marcar uma fase da infância, mas simbolicamente tem uma representação maior que isso. Significa que deve-se pensar em quem as ouve? Como as ouve? E o que se faz com o que se ouve? As crianças até pouco tempo eram “invisíveis”, não existiam estudos sobre a infância, não eram realizadas pesquisas nem reflexões sobre elas e, apesar de muito já ter sido feito, ainda há muito que se conquistar em relação aos seus direitos, estando estes em pleno processo de construção. (REIS, 2009).

A infância tem-se constituído em um campo emergente de estudos para várias áreas do saber, porém focados em divergentes abordagens, enfoques e métodos, os quais determinaram distintas imagens sociais sobre as crianças. (ANDRADE, 2010).

Com os adolescentes não foi diferente. Durante muito tempo, a adolescência também permaneceu na invisibilidade social, sendo poucos os estudos que abordassem essa fase do desenvolvimento.

No que diz respeito às especificidades da adolescência, Reis (2009, p. 34) destaca que:

A palavra adolescência vem do latim “ad” para e “olescere” crescer, ou seja, crescer para, período de preparação para uma outra fase. Essa transição também é uma fase da vida pouco compreendida e estudada. Considerada por muitos como a fase do problema, da revolta, do conflito, da puberdade, da iniciação sexual, do contato com o mundo. Para outros, são quase adultos sem experiência. Como foi possível perceber existe uma série de representações sociais sobre os adolescentes e em sua grande maioria associada pejorativamente a questões negativas.

Para Negrão e Constantino (2011), as instituições se desenvolveram ao longo da história em praticamente todas as áreas de atividades, a fim de contribuir para a disciplinarização de acordo com os modelos de condutas e valores predominantes de cada época.

Adrião e Teixeira (2013) descrevem que, historicamente o serviço de acolhimento institucional para crianças e adolescentes, popularmente conhecido como abrigos, teve suas origens relacionadas às ações de filantropia e caridade, vinculadas às entidades religiosas e ao assistencialismo clientelista, que coloca o usuário na condição de favorecido, e não como cidadão, com direito ao uso do serviço público.

Durante muitos anos a primeira resposta às situações de pobreza e abandono das crianças e adolescentes era a institucionalização, levando-se em consideração o pensamento de higienização social, diante do crescimento do número de abandonados e conflitantes com a lei advindos desse grupo populacional. (ZAINÉ; ROMANHOLI, 2013).

Mendonça (2011, p. 19) descreve historicamente a institucionalização:

A assistência institucionalizada à criança abandonada se limitava às Santas Casas de Misericórdia, com o objetivo de cumprir a caridade ligada aos conceitos cristãos, sendo organizada por leigos que formavam a instituição. A primeira Casa de Misericórdia que previa a assistência à criança abandonada foi a de Salvador-BA, que inaugurou sua Roda dos Expostos no ano de 1726, vistos que não foram todas as casas de misericórdia que atendiam crianças e adolescentes, embora a primeira Santa Casa de Misericórdia do Brasil tenha sido fundada na Capitania de São Vicente (Vila de Santos), muitos anos antes, em 1543.

Em 1927 foi decretado o primeiro Código de Menores, no qual foi abordado características importantes que influenciaram a política para a infância e adolescência naquela época, como a facilitação da inserção da criança no trabalho; a visão da infância como incapaz e perversa; o poder absoluto do juiz sobre a família e a criança; o abrigo e internamento como forma corretiva; a visão higienista e repressora e etc. (ADRIÃO; TEIXEIRA, 2013).

O Código de Menores significou um marco para a política da infância, pois a responsabilidade de provisão é transferida da esfera privada para a esfera pública, passando a ser dever desta, e a aplicação das políticas pelas representações governamentais, que não cumpriu com as suas responsabilidades. (ADRIÃO; TEIXEIRA, 2013).

Além disso, a face punitiva de direitos fundamentais das crianças e adolescentes fundamentado longo da história brasileira em leis como o Código Penal, o Código de Menores e a sua reformulação em 1979, só teve um redirecionamento a partir da promulgação da Constituição Federal Brasileira de 1988. (ZAINÉ; ROMANHOLI, 2013).

Em relação às políticas da criança e do adolescente, a Constituição apresenta a responsabilidade compartilhada nas três esferas acerca do cuidado e proteção às crianças e aos adolescentes. A Constituição reconhece ainda que o Poder Público sozinho não tem condições de suprir todos os cuidados necessários para a infância, estabelecendo a participação popular como diretriz das ações governamentais. (ADRIÃO; TEIXEIRA, 2013).

Em 1990, com a aprovação da nova legislação ordinária, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) substitui o código de menores através da promulgação da Lei Federal 8069/90. A responsabilidade é compartilhada entre a família, a sociedade e o Estado quanto à garantia de direitos universais à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, em conformidade com o artigo 227 da Carta Magna. (SOUZA, 2006).

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, o acolhimento institucional é uma medida provisória e excepcional, utilizada de forma transitória até que ocorra a reintegração familiar. Não sendo possível esta reintegração a colocação em família substituta torna-se uma alternativa, uma vez que é direito fundamental da criança e do adolescente o convívio na comunidade e com a família.

O serviço de acolhimento institucional deve funcionar em uma unidade inserida na comunidade, com ambiente acolhedor e estrutura física adequada, visando o desenvolvimento de relações mais próximas do ambiente familiar. (CNAS, 2009).

O ECA, assim como demais legislações e normativas nacionais, reconhece que é de suma importância a convivência familiar e comunitária para a criança e para o adolescente. O Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária também enfatiza que esta convivência é fundamental para o desenvolvimento da criança e do adolescente, os quais não podem ser concebidos de modo dissociado de sua família, do contexto sociocultural e de todo o seu contexto de vida. (BRASIL, 2006).

O serviço de acolhimento institucional deve ter como princípio as diretrizes preconizadas pelo ECA. Em relação à convivência comunitária devem ser destacados os seguintes itens: a realização de ações que promovam a participação de pessoas da comunidade no processo educativo do abrigo e a realização de ações que proporcione a participação das crianças e adolescentes na vida da comunidade local. No que se refere à convivência familiar destaca-se a importância de: semelhança residencial dos abrigos, apoio à reestruturação familiar, preservação dos vínculos com a família de origem e, se necessário, incentivo à convivência com outras famílias. (BRASIL, 1990).

O direito à convivência familiar e comunitária está relacionada à participação social das crianças e adolescentes, que pode ser definida como “requisito de realização do próprio ser humano e para seu desenvolvimento social requer participação nas definições e decisões da vida social”. (SOUZA, 1991, p. 83).

Para Marcel e Santos (2014) a participação é entendida como um processo no qual homens e mulheres se percebem como sujeitos políticos, exercendo os direitos políticos, ou seja, uma prática que está diretamente relacionada à consciência dos cidadãos e cidadãs, ao exercício de cidadania, às possibilidades de contribuir com processos de mudanças e conquistas. É também exercendo a participação social, que o indivíduo constrói e desenvolve sua autonomia.

A Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2013) organizou os serviços de acordo com os níveis de complexidade do SUAS, em consonância com as categorias: Proteção Social Básica, Proteção Social Especial de média complexidade e Proteção Social Especial de alta complexidade.

A Proteção Social Básica dedica-se à prevenção de situações de risco social e atua através de ações integradoras familiares e comunitárias e de desenvolvimento de potencialidades. (BRASIL, 2014).

Na Proteção Social Especial (PSE) os serviços possuem natureza protetiva, visto que são direcionados às famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social que tenham seus direitos violados ou ameaçados. As atividades da Proteção Especial são diferenciadas de acordo com níveis de complexidade (média ou alta) e conforme a situação vivenciada pelo indivíduo ou família. (BRASIL, 2014).

Em relação à média complexidade, embora os vínculos possam estar fragilizados ou até mesmo ameaçados, ainda é possível uma manutenção da convivência familiar. Na alta complexidade, é necessário acolhimento provisório fora de seu núcleo familiar de origem. As Unidades de Acolhimento são equipamentos que estão previstos na Tipificação Nacional e são responsáveis pela prestação de Serviços de Proteção Social Especial de alta complexidade, sendo ofertados em quatro modalidades de serviços, dentre elas, a Casa-Lar. (BRASIL, 2014).

A Casa-Lar é uma unidade residencial que tem uma estrutura semelhante à de uma residência privada, na qual acolhe grupos pequenos de indivíduos, podendo ser crianças e adolescentes ou idosos que tiveram seus vínculos familiares fragilizados ou rompidos, ofertando moradia, proteção integral e serviço especializado. (BRASIL, 2013). As casas-lares devem ser inseridas em bairros residenciais e o ambiente deve ser organizado de forma que se assemelhe à uma rotina familiar. (BRASIL, 2013).

Em pesquisa realizada pelo Conselho Nacional do Ministério Público no ano de 2013, foi verificado que no Brasil, existiam cerca de 2.247 unidades de serviços de acolhimento institucional entre abrigos e casas-lares. A Tabela 1 apresenta a distribuição dos serviços por região.

Tabela 1. Distribuição dos serviços de acolhimento institucional por região. (2013).

Região	Acolhimento Institucional				Total de Unidades	
	Abrigo		Casa-Lar		N	%
	n	%	n	%		
<b>Centro Oeste</b>	171	75,7	55	24,3	226	100,0
<b>Nordeste</b>	186	81,6	42	18,4	228	100,0
<b>Norte</b>	92	89,3	11	10,7	103	100,0
<b>Sudeste</b>	914	84,1	173	15,9	1.087	100,0
<b>Sul</b>	373	61,9	230	38,1	603	100,0
<b>Total Geral</b>	1.736	77,3	511	22,7	2.247	100,0

Fonte: Conselho Nacional do Ministério Público, 2013

As 2.247 entidades de acolhimento institucional inspecionadas pelo Ministério Público em março de 2013 (86,5% do total), possuíam juntas capacidade de atendimento à 45.569 crianças e adolescentes, enquanto o número de acolhidos era de 29.321. Ao analisar os números do acolhimento institucional do tipo Casa Lar na Paraíba, verifica-se que, em 2013, o estado tinha capacidade de atendimento à 108 acolhidos, apresentando 101 crianças e adolescentes acolhidas.

O Ministério Público também verificou que a faixa etária dos acolhidos é bastante ampla, contemplando em maior número meninos e meninas de 0 a 15 anos, com maior incidência de meninos entre 6 e 11 anos e meninas de 6 a 11 e 12 a 15 anos. A tabela 2 apresenta a distribuição de crianças e adolescentes por sexo e faixa etária por região em casas lares.

Tabela 2. Distribuição de crianças e adolescentes por sexo e faixa etária. (2013).

Sexo e Idade	Região				
	Centro Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul
<b>M 0 a 5 anos</b>	64	66	8	197	252
<b>M 6 a 11 anos</b>	94	110	21	325	407
<b>M 12 a 15 anos</b>	48	89	18	321	338
<b>M 16 a 18 anos</b>	52	37	10	162	102
<b>F 0 a 5 anos</b>	53	57	14	195	235
<b>F 6 a 11 anos</b>	91	115	18	279	306
<b>F 12 a 15 anos</b>	91	127	36	304	365
<b>F 16 a 18 anos</b>	37	51	11	148	130

Fonte: Conselho Nacional do Ministério Público, 2013

Segundo a Coordenadoria da Infância e Juventude do Estado da Paraíba (2015), existem cerca de 28 instituições de acolhimento institucional em todo o estado, sendo 8 casas lares, 14 casas de acolhimento e 6 casas de passagem, sendo duas de perfil provisório. A seguir, são apresentados dados da distribuição dos serviços na cidade de João Pessoa (Tabela 3).

Tabela 3. Distribuição dos serviços de acolhimento institucional na cidade de João Pessoa. (2015).

Instituição	Capacidade Instalada	Nº de acolhidos	Faixa Etária	Modalidade de atendimento		Perfil da instituição
				FEM	MAS	
<b>Aldeia SOS Paraíba</b>	27	23	0 à 18	X	X	Casa Lar
<b>Casa de acolhida</b>	12	2	7 à 18	X		Casa de

<b>feminina</b>						Acolhimento
<b>Casa de acolhida masculina</b>	12	6	12 à 18		X	Casa de Acolhimento
<b>Casa de passagem</b>	20	6	0 à 17	X	X	Provisório
<b>Casa lar morada do Betinho</b>	10	9	0 à 17	X	X	Casa Lar
<b>Casas lares Manaíra</b>	13	11	7 à 18	X	X	Casa Lar
<b>Lar da criança Jesus de Nazaré</b>	20	23	0 à 14	X	X	Casa de Acolhimento
<b>Lar da criança Shalon</b>	12	12	0 à 17		X	Casa Lar
<b>Missão restauração</b>	10	8	6 à 17	X		Casa Lar

Fonte: Coordenadoria da Infância e Juventude do Estado da Paraíba, 2015.

Essas instituições contam com uma equipe multidisciplinar, podendo ter enfermeiro, assistente social, psicólogo e pedagogo. Contam também com uma equipe de apoio de educadores e outras profissionais como, auxiliar administrativo, motorista, cozinheiros e etc.

Segundo Galheigo (2003), é fundamental que profissionais de diferentes formações contribuam para elaboração de um projeto de atenção que contemple ações territoriais, institucionais, familiares, grupais e individuais para crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional.

Nesse contexto, o profissional de Terapia Ocupacional está enquadrado dentro das categorias que poderão atender aos serviços socioassistenciais específicos, de acordo com o §3º do artigo 2º da Resolução nº 17 do CNAS, que reconhece as categorias profissionais de nível superior, definida pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS. Especificamente, enquadra-se na categoria preferencial de integração do SUAS, compondo as equipes de referência a partir das particularidades locais e regionais e necessidades dos usuários. (BRASIL, 2011).

De acordo com Almeida et.al (2012), os objetivos gerais de trabalho da Terapia Ocupacional, “têm se articulado de modo coerente às diretrizes do SUAS, bem como às peculiaridades do CRAS e do CREAS, que buscam atender às especificidades do território em que se situam e de suas demandas sociais”. Abaixo destacam-se os principais objetivos:

Prevenir a ruptura de vínculos familiares e comunitários; aumentar a capacidade protetiva das famílias; fortalecer as relações de interdependência, os vínculos familiares, as trocas sociais e os vínculos entre família e comunidade; [...]; promover o reconhecimento, o respeito e o

exercício de direitos e deveres individuais e coletivos; favorecer o acesso daqueles que tiveram direitos violados a vivências que promovam a autovalorização e o sentimento de pertencimento comunitário; apoiar a elaboração e o desenvolvimento de projetos de vida que envolvam formas alternativas de sobrevivência, de convivência e de participação social, fundamentadas tanto na análise das possibilidades reais da família e suas redes, quanto nas exigências de engajamento em processos sociais mais amplos. (ALMEIDA, et al., 2012, p. 38)

A Terapia Ocupacional teve sua definição formulada no Brasil pelo curso de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo:

É um campo de conhecimento e de intervenção em saúde, educação e na esfera social, reunindo tecnologias orientadas para a emancipação e autonomia das pessoas que, por razões ligadas a problemática específica, físicas, sensoriais, mentais, psicológicas e/ou sociais, apresentam, temporariamente ou definitivamente, dificuldade na inserção e na participação na vida social. As intervenções em Terapia Ocupacional dimensionam-se pelo uso da atividade, elemento centralizador e orientador, na construção complexa e contextualizada do processo terapêutico. (FMUSP, 1997).

De acordo com Luvizaro e Galheigo (2011, p. 197) “A Terapia Ocupacional, por meio de estudos e práticas relativas ao cotidiano e ao habitar, tem contribuições a oferecer para o reordenamento institucional dos abrigos”.

No que concerne às contribuições da Terapia Ocupacional no contexto social, a resolução Nº 383 do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (2010) descreve que o terapeuta ocupacional atua como um articulador do desempenho ocupacional por meio do manejo das atividades humanas que sejam significativas e dialógicas como tecnologia de mediação sócio-ocupacional, a fim de estimular a participação social da pessoa, família, grupos e comunidade em atividade culturais, expressivas, econômicas, corporais, lúdicas e de convivência, dentre outras.

Diante do exposto e considerando as características da Terapia Ocupacional, como uma profissão que preocupa-se com o cotidiano e as ocupações humanas, percebe-se que o terapeuta ocupacional é um profissional que em sua atuação tem uma contribuição significativa para a melhoria da atenção ao cuidado da criança e do adolescente no serviço de acolhimento institucional.

O presente trabalho teve como objetivo geral investigar a participação social de adolescentes em situação de acolhimento institucional de uma Casa-Lar do município de João Pessoa-PB. Além disso, teve como objetivos específicos: identificar os principais motivos desencadeadores da situação de acolhimento

institucional; analisar o envolvimento de adolescentes em situação de acolhimento institucional em atividades na comunidade; investigar a participação de adolescentes em situação de acolhimento institucional em atividades com a família.

A motivação da autora para esse estudo surgiu a partir da experiência na disciplina Cenários de Prática IV, na qual foi possível permear pela atuação da Terapia Ocupacional no campo social, além de conhecer outras pesquisas na área que foram indicadas durante as aulas. Dessa forma, a aproximação com a temática suscitou o questionamento de investigar a participação social dos adolescentes em situação de acolhimento institucional, como também quais serviços são ofertados para esses jovens durante o período de institucionalização.

## **2. METODOLOGIA**

### **2.1 Natureza e tipo de estudo**

Trata-se de um estudo descritivo, com abordagem de natureza qualitativa, cujos participantes foram adolescentes entre 12 e 18 anos que se encontravam em situação de acolhimento institucional em uma Casa-Lar do município de João Pessoa e, que aceitaram participar da pesquisa de forma voluntária e assinando o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido.

O estudo descritivo, procura apontar características e propriedades de qualquer fenômeno que seja analisado. (SAMPIERI, 2006).

A abordagem qualitativa, de acordo com Minayo (2010, p. 57):

É a que se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam.

Para Minayo (2010) essa metodologia permite descobrir os processos sociais ainda pouco conhecidos relacionados à grupos particulares e proporciona a construção de novas abordagens, revisão e criação de novas categorias e conceitos durante o processo de investigação.

### **2.2 Participantes do estudo**

Para seleção dos participantes da pesquisa, foram convidados a participarem da pesquisa os adolescentes em situação de acolhimento institucional de uma Casa-Lar do município de João Pessoa.

Participaram seis adolescentes, três do sexo masculino e três do sexo feminino, com idades variando entre 12 e 15 anos, sendo a média de 13 anos e meio. Para garantia do anonimato, os sujeitos entrevistados foram identificados com pseudônimos escolhidos por esses. O tempo de acolhimento destes adolescentes variaram de duas semanas a quatro anos. Um adolescente se recusou a participar da pesquisa, por não querer que suas respostas fossem gravadas.

A definição de adolescência adotada para o presente estudo segue a preconizada pelo ECA, que considera adolescentes todas as pessoas com idade entre 12 e 18 anos.

Para Minayo (2010) a amostragem qualitativa ideal "é a que reflete a totalidade das múltiplas dimensões do objeto de estudo".

A autora enfatiza ainda que, a amostragem qualitativa caracteriza-se por privilegiar os sujeitos sociais que possuem os atributos necessários, os quais o pesquisador pretende investigar; considerar os sujeitos em número suficientes para possibilitar certa recidiva de informações, sem desprezar aquelas com potencial explicativo; compreender que na sua homogeneidade em relação aos atributos o conjunto de informantes possa ser diverso, possibilitando a apreensão de semelhanças e diferenças e por fim procura escolher do lócus do grupo de observação e informação o conjunto de experiências e expressões que se objetiva alcançar com a pesquisa.

Como critérios de inclusão para os mencionados participantes do estudo, foram considerados os seguintes aspectos: aceitação para contribuir com a pesquisa, ter idade entre 12 anos e 18 anos e que estivessem em situação de acolhimento institucional. No tocante aos critérios de exclusão, foram consideradas as situações nas quais o adolescente não aceitasse participar da referida pesquisa, em caso de recusa de gravação de suas falas, o indivíduo com idade inferior a 12 anos e maior de 18 anos, ou quando não fosse atendido algum dos critérios de inclusão.

### **2.3 Local do Estudo**

A Casa lar escolhida para o presente estudo foi fundada em 1997. Sua estrutura física é composta por quatro quartos, quatro banheiros, uma cozinha, duas salas, uma brinquedoteca, um quintal, uma despensa, uma dependência e garagem. Sua equipe técnica é formada por uma coordenadora, uma assistente social, uma psicóloga, dois motoristas, duas cozinheiras e 12 educadores. Atualmente atende 11 acolhidos de ambos os sexos, com uma faixa etária de 7 a 18 anos.

### **2.4 Técnicas e instrumentos de coleta dos dados**

Para a realização da pesquisa, foi utilizado como instrumento de coleta de dados a entrevista semiestruturada, com roteiro elaborado pela pesquisadora (APÊNDICE A), para os sujeitos selecionados.

As primeiras abordagens aos sujeitos foram realizadas na instituição, na qual a pesquisadora realizou uma apresentação pessoal, seguida de explicação acerca do projeto de pesquisa, de sua importância, do método utilizado e dos objetivos com a realização da mesma. Os adolescentes foram convidados a participar da pesquisa, existindo interesse na participação, o termo de assentimento livre e esclarecido foi assinado, para que posteriormente as entrevistas fossem realizadas. As entrevistas foram gravadas na íntegra em aparelho digital, com autorização prévia dos entrevistados.

Após a gravação, o material foi colocado à disposição dos entrevistados, para que pudessem ouvi-la, e caso desejassem modificar ou acrescentar questões relativas ao depoimento. Após a coleta, os dados contidos no material gravado foram analisados pelo pesquisador.

A pesquisa foi realizada no período do segundo semestre de 2015 ao primeiro semestre de 2016. A coleta de informações ocorreu no período do segundo semestre de 2015, com seis adolescentes, após a aprovação do projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa.

A entrevista foi realizada dentro da instituição (Casa-Lar), a maioria dos adolescentes foram bastante objetivos em suas respostas e não desenvolveram uma fala mais elaborada.

## **2.5 Aspectos éticos**

Inicialmente, o projeto de pesquisa foi encaminhado para avaliação pela diretoria de assistência social do município de João Pessoa, órgão competente responsável pela liberação dos adolescentes institucionalizados para participação na pesquisa. Posteriormente o projeto de pesquisa foi encaminhado ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal da Paraíba.

A direção da instituição assinou o termo de autorização da coordenação da Casa-Lar autorizando que a pesquisa fosse realizada no local. Os participantes do estudo foram esclarecidos no que concerne ao Termo de Assentimento Livre e

Esclarecido. Em concordância com a participação na pesquisa, assinaram os documentos, assim os princípios éticos foram atendidos, conforme preconiza a Resolução 466/2012, do Conselho Nacional de Saúde. (CNS, 2013). Este trabalho foi aprovado pelo comitê de ética do Centro de Ciências da Saúde, da Universidade Federal da Paraíba, sob CAAE: 47775215.3.0000.5188.

A coleta do material empírico está de acordo com os princípios éticos que norteiam o trabalho científico, garantindo o anonimato e o sigilo no respeitante à autoria das respostas dos entrevistados. Aos participantes da pesquisa foi assegurado o direito de desistirem da participação a qualquer momento.

No que se refere aos procedimentos éticos, é importante destacar que a posição ética do pesquisador vai além de apenas exigências burocráticas. Nesse sentido ressalta-se a problematização que Pelúcio (2007) faz sobre tais exigências, apontando a relação entre pesquisador e sujeitos:

[...] se dá em outras bases que não as formalistas e burocráticas, mesmo porque estas, muitas vezes podem fazer pouco ou nenhum sentido para a população estudada. Nas etnografias as relações se assentam na categoria confiança, que por sua vez tem como operador a troca. (PELÚCIO, 2007, p. 52).

## **2.6 Análise dos Dados**

O estudo do material das entrevistas semiestruturadas foi analisado tomando como embasamento teórico a Análise de Conteúdo de Minayo (2010). Segundo a autora a análise do conteúdo inicia-se com uma leitura de primeiro plano das falas, depoimentos e documentos, até atingir um nível mais profundo, ultrapassando os sentidos manifestos do material.

A análise temática tem como foco a ideia que “para uma análise de significados, a presença de determinados temas denota estrutura de relevância, valores de referência e modelos de comportamento presentes ou subjacentes no discurso”. (MINAYO, 2010, p. 316). A análise dos dados deve seguir as etapas sugeridas por Minayo (2010), sendo o primeiro passo a ordenação dos dados, que implica na transcrição das entrevistas, e o segundo passo é a classificação/organização dos dados. Após isso, os eixos temáticos que tiverem relação com a pesquisa foram confrontados com o referencial teórico de estudos e escritos prévios sobre a temática em questão.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a finalização da coleta, foi realizada a análise dos dados empíricos, tendo como parâmetro as próprias categorias que surgiram desses dados. Após roteiro de análise fundamentada nos métodos de Minayo (2010), foi feita a confrontação entre as informações obtidas e o referencial teórico prévio sobre a temática.

Conforme construídas, analisadas e discutidas as categorias e frente às respostas obtidas às questões norteadoras, foram definidos três eixos temáticos descritos a seguir.

#### **Categoria 1: Atividades rotineiras dos adolescentes acolhidos na instituição.**

Nesta categoria a maioria dos adolescentes relatou que durante a semana costuma frequentar a escola, serviços de saúde e da assistência social, entretanto, um dos adolescentes relatou não estar inserido na escola, pois estava há pouco tempo na instituição e seu processo de reinserção na escola ficaria para o ano seguinte. Além disso, também foram citadas as atividades de vida diária (banho, escovar os dentes, alimentação, entre outras) como atividades que fazem parte da rotina, sempre enfatizando em seus discursos a realização de tais atividades.

“Eu “se” acordo de 05h e durmo de 19h30, tomo banho, escovo os dentes, fico brincando”. (Bruno).

“Quando eu acordo eu vou tomar banho, aí eu fico o dia na casa, no fim de semana a gente fica mexendo em computador, mas no dia de semana eu tenho curso à tarde, eu saio de 14h e chego 17h30, aí a gente faz curso de violoncelo lá na escola”. (Maria Rita).

“Vou pra escola, de manhã quando me acordo vou tomar banho, vou escovar os dentes, vou tomar café, aí umas 09h30 eu vou pra o CREAS, na quinta-feira só, e depois volto, tomo banho, almoço e vou pra escola”. (Wesley).

“Pela manhã eu acordo, tomo banho pra ir à escola, tomo café, vou me ajeitando pra ir pra escola, aí depois quando eu volto, pela tarde na segunda e na sexta eu tenho cursinho preparatório pra o IFPB que eu estou fazendo”. (Natanael).

A instituição de acolhimento e a escola são uns dos principais meios de socialização das crianças e adolescentes, conseqüentemente, os principais promotores da educação, valores e competências, sendo necessário que ambas

trabalhem em conjunto. (SANTOS, 2014). A articulação com o processo educacional ajuda na construção da autonomia, na construção de um projeto de vida, da consciência política e cidadã e a superação das condições sociais e econômicas desfavoráveis das crianças e adolescentes e suas famílias. (SANTOS, 2014).

Pensando nisso, foram criadas as Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (2009) que possuem inúmeros apontamentos para o funcionamento e organização das instituições de acolhimento, destacando-se aquelas relacionadas à educação. Dessa forma, no que concerne à educação, as orientações prescrevem a comunicação permanente entre o serviço de acolhimento e a escola onde crianças e os adolescentes estejam matriculados, a fim de possibilitar o acompanhamento do seu desempenho escolar.

Ressalta ainda que, quando possível, deve-se favorecer o envolvimento da família de origem no acompanhamento escolar e sempre que possível, manter a criança na mesma escola que estudava antes da institucionalização, de modo que os vínculos de amizade sejam mantidos, evitando assim, mudanças na rotina e prejuízos no desempenho escolar. (BRASIL, 2009).

A necessidade dessa articulação está centrada na ideia de que o processo educacional permite a conscientização e sensibilização dos professores e de toda a comunidade escolar de modo a atuar como agentes facilitadores da integração da criança e do adolescente no ambiente escolar, evitando ou superando possíveis situações de preconceito ou discriminação. Defende ainda, que é preciso promover a inclusão das crianças e dos adolescentes em programas de políticas complementares à escola. (BRASIL, 2009).

Porém, chama-se atenção para o discurso inclusivo que predominam em orientações, leis e políticas públicas, pois se contradiz com a realidade. Embora existam poucos estudos que abordem o processo de escolarização das crianças e adolescentes acolhidos, é possível perceber que a escola, lugar que deveria ser de proteção e segurança em relação às condições de vida que foram oferecidas a esses sujeitos, acaba sendo um lugar de rejeição e humilhação. (SERIKAWA, 2015).

Sendo assim, Gaulejac (2006) aponta que a violência simbólica mostra a sua pior face: a criança e o adolescente é sempre apontado como responsável pelos problemas que enfrenta, as suas dificuldades são interpretadas como consequência de suas incapacidades ou de seus desvios psicológicos, de sua má vontade para mudar sua existência, de viver como todo mundo.

Silva (2009) destaca em seu estudo que a discriminação é uma realidade encontrada na vida de crianças e adolescentes no âmbito escolar, sendo reconhecida pelos profissionais da escola, que consideram um desafio dialogar sobre os temas preconceito e inclusão escolar com as crianças e até pais que praticam a discriminação. Trata-se de um assunto emergente e delicado, já que os efeitos desses processos de segregação no interior das escolas sobre a vida dessas crianças e adolescentes não são possíveis de serem medidos, provocando graves consequências. (SERIKAWA, 2015).

Durante o tempo de permanência no acolhimento institucional, as crianças e os adolescentes devem receber toda a assistência necessária, como educação, alimentação adequada, assistência à saúde, compreensão, entre outras coisas, no sentido de proporcionar aquilo que lhe foi negado ou negligenciado no ambiente familiar. (FERRIANI *et al.*, 2008).

Para Vectore e Carvalho (2008, p. 443), “o contexto do abrigo deve ser cuidadosamente organizado, a fim de possibilitar o desenvolvimento adequado da criança e, para tanto se constituir como espaço de promoção de vínculos seguros”.

## **Categoria 2: Envolvimento em atividades comunitárias pelos adolescentes.**

O convívio do adolescente no meio social e comunitário é de extrema importância para seu desenvolvimento como pessoa em sociedade. De acordo com o artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Partindo desse artigo, o adolescente tem totais direitos à educação, cultura e lazer, três pontos cruciais para seu crescimento no meio em que está inserido, participando ativamente em sua comunidade, seja essa participação por meio de atividades culturais ou esportivas, tendo assim uma relação e desenvolvimento saudável. A família e a sociedade como um todo, por sua vez, tem total dever de inserir a criança e o adolescente em tais atividades, assegurando assim o seu direito de estar inserido, convivendo e se desenvolvendo como pessoa.

No que diz respeito à educação, fator chave para o total progresso como pessoa, tem que ser integralmente trabalhada pela família e sociedade, ensinando valores morais e princípios éticos. O direito à educação, segundo o ECA, traz para criança e adolescente a igualdade e condições para sua permanência no espaço escolar, direito de ser respeitado por seus educadores, independente de crença ou raça, como também o direito de ter acesso à escola da rede pública perto de sua residência.

Os adolescentes ao serem questionados sobre quais atividades participam fora da instituição relataram participar de atividades esportivas, cursos profissionalizantes e curso preparatório para o vestibular.

“Eu vou começar a fazer um curso de cabeleireiro, é porque tá em reforma lá e eu não comecei ainda”. (Maria Rita).

“(…) Eu tenho cursinho preparatório pra o IFPB”. (Natanael).

“Eu frequento a escola, mas só que eu tenho aula de violoncelo (...) salão de beleza”. (Nildinha).

“O GAMA (Escola de futebol)”. (Bruno).

“Natação, GAMA”. (Ana Beatriz).

A instituição oferece atividades comunitárias que envolvem cursos profissionalizantes (cabeleireiro e violoncelo) e atividades esportivas (futebol e natação). De acordo com Silva (2005), as instituições de abrigo têm um papel importante nessa área, apesar das atribuições de promover o direito à convivência familiar e comunitária não serem de exclusividade dos abrigos, mas compartilhada por toda a rede de atendimento à criança e ao adolescente, incluindo o Judiciário, o Ministério Público, os conselhos tutelares e de direitos e o próprio Poder Executivo nos níveis federal, estadual e municipal.

Atividades esportivas e profissionalizantes são possibilidades de inserção do adolescente no meio em que vive, desenvolvendo habilidades que não são explorados seja pela falta de recursos ou por falta de oportunidades. Para Araújo (2015, p. 23):

Hoje em dia a maioria dos jovens que saem das instituições de acolhimento possuem formações em cursos profissionalizantes, ou conseguem se inserir no mercado de trabalho através de programas desenvolvidos pelo governo de forma gratuita ainda quando estão acolhidos, facilitando a preparação para o mercado de trabalho, conseqüentemente facilita também para pagar

os custos de moradia, comida, e outras necessidades que forem surgindo decorrentes dessa autonomia.

Antigamente as atividades de lazer, atenção à saúde e educação eram desenvolvidas dentro da própria instituição, transformando a instituição em um instrumento de privação de liberdade. No entanto, após a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente é recomendado que a participação na comunidade seja um princípio a ser seguido pelos serviços de acolhimento institucional, garantido à todas as crianças e adolescentes abrigadas acesso às políticas básicas e aos serviços oferecidos pela comunidade, além de participação em atividades extra institucionais de lazer, esporte, educação, religião e etc.

Afinal, quando o adolescente possui um convívio social apenas dentro do serviço de acolhimento institucional e não tem uma participação social fora da instituição, isso dificultará no seu processo de desligamento do abrigo e inserção na sociedade, tendo dificuldade em se adaptar essa nova fase da vida devido aos vínculos afetivos frágeis com a sociedade. (ARAÚJO, 2015).

Um dos adolescentes entrevistados afirmou que as atividades extra-institucionais oferecidas pelo abrigo não eram suficientes e desenvolveu uma resposta mais crítica relatando seus desejos por mais atividades

“Não, eu acho que deveria ter mais atividades, tipo, ir a locais como shopping, cinema, mais atividades de lazer, digamos assim, sair mais. (Natanael).

A não participação de um adolescente em atividades fora do abrigo pode acarretar em problemas no seu convívio em sociedade, chegando a discriminação e exclusão, muitas vezes sendo marginalizado. De acordo com Siqueira e Dell’Aglío (2006) as instituições assumem um lugar principal na vida das crianças dos adolescentes abrigados, e por isso, deve-se investir nesse espaço de socialização, buscando modificar os conceitos estabelecidos pela sociedade, de forma a desestigmatizá-las.

Algumas pessoas tem a ideia de que os abrigos realizam filantropia e caridade, sendo um espaço de exclusão social das crianças e adolescentes vistos como “coitadinhos”, “marginais” e “problemáticos”. (ADRIÃO; TEIXEIRA, 2013). As autoras Siqueira e Dell’Aglío (2006, p. 78) ainda salientam que:

O abrigo precisa fazer parte da rede de apoio social e afetivo, fornecendo recursos para o enfrentamento de eventos negativos advindos tanto de suas famílias quanto do mundo externo, modelos identificatórios positivos, segurança e proteção. Somente assim oferecerá um ambiente propício para o pleno desenvolvimento cognitivo, social e afetivo das crianças e adolescentes inseridos nesse contexto.

É nesse contexto que se faz necessário possibilitar aos jovens abrigados a reflexão acerca dos seus projetos de vida, buscando assim, torná-los ainda proativos para ter autonomia sobre suas escolhas. Dessa forma, dar vez e voz para esses jovens dentro da instituição, no que concerne a escolhas das atividades externas, lhes permitem participar não apenas do que é oferecido, mas acrescenta ao que será escolhido o valor daquilo que é significativo para o sujeito.

Acrescenta-se ainda, o fato que tais jovens, em sua maioria, trazem um histórico de privações sociais, tanto em aspectos econômicos quanto afetivos, fazendo com que tudo o que lhes é oferecido pareça suficiente. Portanto, é necessária uma reflexão crítica acerca do que se denomina suficiente para estes adolescentes, no sentido de valorizar suas opiniões/escolhas, favorecendo o empoderamento e ampliando as possibilidades de mudanças sociais.

Em consequência dos desafios enfrentados na adolescência, a privação da convivência familiar e comunitária nesse período pode tornar particularmente doloroso o processo de amadurecimento, frente à falta de referenciais seguros para a construção da sua identidade, desenvolvimento da autonomia e elaboração de projetos futuros, acompanhados ainda de uma baixa autoestima. (PNCFC, 2006).

Segundo Winnicott (2005 apud PNCFC, 2006):

[...] quando a convivência familiar é saudável, a família é o melhor lugar para o desenvolvimento da criança e do adolescente. Todavia, é preciso lembrar que a família, lugar de proteção e cuidado, é também lugar de conflito e pode até mesmo ser o espaço da violação de direitos da criança e do adolescente. Nessas situações, medidas de apoio à família deverão ser tomadas, bem como outras que se mostrarem necessárias, de modo a assegurar-se o direito da criança e do adolescente de se desenvolver no seio de uma família, prioritariamente, na de origem e, excepcionalmente, numa substituta, de modo a estabelecer sua identidade e adquirir, ao seu tempo e modo, a capacidade de tornar-se membro ativo da sociedade (BRASIL, 2006 p. 32).

Além disso, se faz necessário mais pesquisas acerca da importância das atividades extra institucionais no cotidiano de crianças e adolescentes abrigados,

visto que investigar as concepções e direitos das crianças e adolescentes podem contribuir para o aprimoramento de políticas públicas para esta população.

Outro ponto a ser enfatizado nas pesquisas é a percepção dos adolescentes acerca da sua participação em Atividades Instrumentais de Vida Diária, de Lazer e Participação Social, tais como: envolvimento em atividades religiosas, passeios a pontos turísticos, ida a concertos/show musical, etc., buscando investigar os benefícios dessas vivências para essa população, como também para conscientizar as instituições sobre a importância dessas ações.

Também foi citada uma atividade instrumental de vida diária por um dos adolescentes, que afirma sentir falta de ir à igreja. Essa atividade é definida pela American Occupational Therapy Association (AOTA, 2015) como atividades e expressão religiosa e espiritual. O artigo 94 do ECA estabelece que o serviço deve proporcionar assistência religiosa para aqueles que desejarem, de acordo com as crenças de cada um.

Os demais adolescentes afirmaram sentir falta de sair com amigos, brincar, realizar outros cursos e praticar outros esportes.

“Aqui tem tudo, só que sair mais com os amigos não pode, aí eu sinto muita falta”. (Maria Rita).

“Jogar basquete”. (Bruno).

“Sair com os amigos, ficar aí andando, brincando”. (Wesley).

“Curso de espanhol, e queria fazer vôlei”. (Nildinha).

De acordo com o documento Orientações técnicas: para serviço de acolhimento de crianças e adolescentes, deve-se ter respeito à autonomia da criança e do adolescente, saber ouvir e respeitar, levando em consideração a sua opinião e proporcionar o fortalecimento gradativo da sua autonomia de acordo com o desenvolvimento, habilidades e faixa etária. (BRASIL, 2009).

O processo de desligamento dos adolescentes do serviço de acolhimento institucional pela maioria deve ser trabalhado gradativamente. Segundo Figueiró e Campos (2013, p.115) “é esperado que as instituições de acolhimento preparem o jovem para esse momento de desligamento, contemplando o fortalecimento da autonomia, a profissionalização, a educação [...]”.

Diante disso, Araújo (2015) ressalta que os adolescentes devem estar preparados para sua saída da instituição, sendo assim, a instituição precisa proporcionar recursos necessários para preparar o jovem em relação ao mercado de trabalho, como também para as escolhas referentes às perspectivas e decisões relacionadas à autonomia dos adolescentes enquanto estão inseridos no acolhimento institucional.

Desse modo, Silva (2010) destaca a necessidade de políticas de atendimento que amparem os jovens recém egressos e desprovidos de proteção especial, oferecendo suporte necessário em seu novo contexto de vida.

Nesta categoria apenas um adolescente afirmou não sentir falta de atividades no abrigo. Esse sentimento pode estar relacionado a um histórico de privações experienciado pelo jovem ao longo de sua vida, seja por falta de recursos econômicos, sociais, ou qualquer outro aspecto, que o habituou a contentar-se e até mesmo conformar-se com essa ausência.

### **Categoria 3: Motivos da situação de acolhimento institucional e contato com os familiares.**

A família é definida por Braun (2015) como sendo constituída por uma relação entre as pessoas unidas pelo afeto, através do matrimônio, ou de outras formas, como a união estável e família monoparental.

Além disso, Leandro e Pereira (2009) destacam que na medida em que essas relações deixam de ser protetoras e tornam-se uma prática da violência doméstica, privam a criança e o adolescente de uma base adequada para o seu desenvolvimento. Para essas autoras, o lar caracteriza-se como um ambiente nocivo para o seu desenvolvimento, sendo assim o oposto da função social da família, o que levará a retirada dessa criança ou adolescente de sua casa para ser abrigada.

O que pode levar a ruptura dos vínculos desses adolescentes com a família? Para Araújo (2014, p. 150) “são as situações mencionadas no ECA, caracterizadas como violações de direitos em relação a esse público dentro do âmbito familiar, como o abuso físico, negligência, abuso sexual, exploração do trabalho infantil entre outros”.

No caso dos adolescentes da Casa-Lar pesquisada, os principais motivos foram abandono da família, violência doméstica, negligência e trabalho infantil. Um

dos adolescentes está institucionalizado pois sua mãe encontra-se detida e ele não possui outros parentes, situação semelhante a de outro abrigado, que não tem outros parentes além da mãe, a qual encontra-se internada em um hospital psiquiátrico. Para evitar que os adolescentes se sentissem constrangidos e desconfortáveis ao serem questionados sobre o motivo da institucionalização, os órgãos competentes pela avaliação e aprovação do estudo, determinaram que tais informações deveriam ser obtidas através dos registros dos adolescentes na instituição.

O último Levantamento Nacional de Abrigos para Crianças e Adolescentes foi realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em 2003. Esse levantamento contém dados acerca dos motivos da institucionalização, concluindo que a pobreza (24,2%) era a maior responsável por levar crianças e adolescentes a viverem em instituições, seguida pelo abandono por parte dos pais ou responsáveis (18,9%), a violência doméstica (11,7%), a dependência química dos pais ou responsáveis (11,4%), a situação de rua (7,0%), a orfandade (5,2%), o encarceramento dos pais ou responsáveis (3,5%), e o abuso sexual exercido pelos pais ou responsáveis (3,3%).

O impacto da institucionalização sobre o adolescente pode ser visto como um fator de proteção ou de risco. Esses fatores dependem das características de cada instituição, entretanto Zini (2015, p. 15) salienta que:

O impacto do abandono ou do afastamento de convívio familiar pode ser minimizado se as condições de atendimento no serviço de acolhimento propiciar experiências reparadoras à criança e ao adolescente e a retomada do convívio familiar. Dessa forma, tais serviços não devem ser vistos como nocivos ou prejudiciais ao desenvolvimento da criança e do adolescente, devendo-se reconhecer a importância dos mesmos, de forma a evitar, inclusive a construção ou reforço de uma autoimagem negativa ou de piedade da criança e adolescente atendidos, por estarem sob medidas protetivas. (ZINI, 2015, p.15).

Nesta categoria, dois adolescentes ao serem questionados sobre o contato com a família, afirmaram frequentar a casa dos familiares, porém de forma esporádica.

“Minha mãe vem nas quartas e nas sextas, na sexta ela vem de vez em quando por causa que ela tá indo pra o médico, faz tempo que vou em casa, eu vou quando é pra pegar roupa, aí volto pra cá”. (Wesley).  
“Só com alguns irmãos meus, e com minha mãe e meu pai não, às vezes eu vou visitar um irmão que eu tenho em outro abrigo e ele vem me visitar

também, e outro irmão já veio me visitar também, minha mãe já veio me visitar também”. (Natanael).

A preservação dos vínculos familiares e comunitários é um dos aspectos fundamentais do acolhimento de crianças e adolescentes (IANELLI, 2015). De acordo com Oliveira (2014), o processo de reintegração familiar é o retorno da criança ou do adolescente para o convívio da família após um período de tempo no acolhimento institucional.

Os vínculos familiares são fundamentais para o desenvolvimento humano, possibilitando condições para um desenvolvimento saudável, favorecendo assim a formação da sua identidade e sua constituição como sujeito e cidadão. (BRASIL, 2009).

O artigo 94 do Estatuto da Criança e do Adolescente, indica que as instituições que desenvolvem programas de internação têm dentre as obrigações:

Diligenciar no sentido do restabelecimento e da preservação dos vínculos familiares; Comunicar à autoridade judiciária, periodicamente, os casos que se mostre inviável ou impossível o reatamento dos vínculos familiares; Reavaliar periodicamente cada caso, com intervalo máximo de 6 (seis) meses, dando ciência dos resultados à autoridade competente; Informar, periodicamente, o adolescente internado sobre sua situação processual; Manter programas destinados ao apoio e acompanhamento de egressos.

O processo de saída do acolhimento institucional para a reinserção do adolescente ao convívio familiar, pode ser para a família de origem, extensa ou substitutiva (SIQUEIRA *et al.*, 2010). O ECA define a família extensa ou ampliada como aquela que se estende além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, pode ser formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade. Ainda de acordo com o ECA, a família substituta é aquela que o menor deverá ser encaminhado de maneira excepcional, através de três modalidades possíveis, que são: guarda, tutela e adoção, ou seja, será a família que irá acolher a criança ou adolescente como um membro da família, com objetivo de suprir suas necessidades e cumprir os deveres de uma família de origem.

Para Cavalcante e Silva (2010) o processo de reintegração do adolescente a sua família deve ser conduzido pela equipe técnica do abrigo e pelos órgãos e autoridades envolvidas na defesa desses indivíduos. Tal processo deve ser elaborado com base nas informações coletadas em entrevistas, abordagens iniciais,

observação da dinâmica familiar, e da interação social do adolescente na família e na instituição.

Ainda de acordo com Siqueira *et al.* (2010), é preciso utilizar estratégias importantes para a manutenção dos vínculos familiares, como visitas, ligações telefônicas e cartas entre os adolescentes abrigados e sua família, pois em muitos casos, as visitas são inviáveis e esporádicas.

Cavalcante e Silva (2010, p.1160) afirmam que:

O caminho de volta pra casa está atrelado à capacidade de profissionais e autoridades da área serem sensíveis às demandas de atenção e afeto presentes nos cuidados destinados à criança e ao adolescente na instituição, bem como a adoção de uma perspectiva crítica diante de preconceitos sociais e julgamentos morais, posto que costuma gerar uma visão superficial, equivocada e discriminatória das suscetibilidades individuais e familiares.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para realização do presente trabalho, a vertente em foco foi a participação social dos adolescentes, que está relacionada às atividades comunitárias e familiares, atividades estas que contribuem para reordenamento institucional dos abrigos.

Como visto, na categoria 1, apenas um adolescente não frequenta a rotina de estudos na escola, por motivo justificável: está há pouco tempo no abrigo, mas, com previsão para matrícula no início do ano letivo seguinte à pesquisa. Os demais estão inseridos em instituições de ensino, além de todos serem usuários dos serviços da área de Saúde e Assistência Social.

É destacável a importância do envolvimento do adolescente nas atividades comunitárias fora dos abrigos, podendo, a não realização dessa rotina, causar consequências no convívio com a sociedade, como exclusão e discriminação, marginalizando o indivíduo. Vale ressaltar que, a ideia trazida na categoria 2 retrata a importância dos adolescentes abrigados não serem tratados como vítimas, e sim, inseridos para interação na comunidade, o que para a maioria dos adolescentes, ocorre de forma positiva na Casa-Lar estudada.

Dentre as atividades, estão inclusas as esportivas e os cursos profissionalizantes, que tem como foco preparar o adolescente para o futuro desligamento do abrigo, que geralmente ocorre quando o sujeito atinge a maioridade. Porém, essa busca pela autonomia dos adolescentes nem sempre supre a demanda trazida por estes, já que para se atingir à autonomia, uma série de anseios e inseguranças precisam ser sanadas. A exemplo disso, pode-se evidenciar a insatisfação de um adolescente por não possuir assistência religiosa, na qual, a crença assume um papel de suporte e conforto.

A última categoria revela a manutenção da relação de vínculo dos abrigados com a família, na qual apenas 2 (dois) dos adolescentes entrevistados afirmam ter contato esporádico com seus familiares. Assim, a ideia de equiparar os abrigos com a estrutura familiar continua a ser um desafio, a fim de minimizar a distância e o impacto da ausência da família.

Em alguns momentos, foi perceptível a objetividade das respostas dos adolescentes, que hesitaram em desenvolver discursos mais longos e elaborados. Por isso, é importante ressaltar que a coleta de dados ocorreu na Casa-Lar, pois foi

o único local disponível para que fossem realizadas as entrevistas, fato este que pode ter influenciado nas respostas dos adolescentes, que muitas vezes foram respostas curtas, e pouco desenvolveram uma crítica com relação ao tema abordado.

Por fim, almeja-se que essa pesquisa contribua para uma possível reavaliação do serviço prestado pela Casa-Lar e sugere-se avaliação empírica e expansão da pesquisa aplicada em outros abrigos de acolhimento institucional na região paraibana, a fim de coletar dados comparativos, visando o aprimoramento destas instituições para que, cada vez mais, prestem atenção de qualidade às crianças e adolescentes. Além disso, é necessário identificar outras demandas acerca do acolhimento institucional, como por exemplo, como funciona o atendimento de serviços públicos (escola, serviços de saúde, assistência social e etc.) para as crianças e os adolescentes acolhidos, como também sobre o processo de desligamento da instituição por maioridade (destino dos egressos).

## 5. REFERÊNCIAS

ADRIÃO, Maria do Carmo Salviano. **Os serviços de acolhimento institucional para crianças e adolescentes: os desafios e o trabalho com a rede de proteção social.** 2013. 22 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Gestão e Políticas Públicas, Escola de Administração Pública de São Paulo, São Paulo, 2013.

ALMEIDA, Marta Carvalho de; SOARES, Carla Regina Silva; BARROS, Denise Dias; GALVANI, Débora. Processos e práticas de formalização da Terapia Ocupacional na Assistência Social: alguns marcos e desafios. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar. São Carlos-SP**, v. 20, n. 1, p. 33-41, 2012.

ANDRADE, Lucimary Bernabé Pedrosa de. **Educação infantil: discurso, legislação e práticas institucionais.** São Paulo: Unesp, 2010. 193 p.

ARAÚJO, Amanda Franciele Pereira de. **O acolhimento institucional de crianças e adolescentes a partir da experiência de estágio supervisionado em serviço social.** 2015. 53 f. TCC (Graduação) - Curso de Serviço Social, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2015.

ARAÚJO, Natália Cristina Gil de. Direito à convivência familiar e comunitária em uma casa de acolhida para crianças e adolescentes. **(RE) Pensando Direito**, Santo Ângelo, v. 7, n. 4, p.145-158, jun. 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Resolução nº 17, de 20 de junho de 2011.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília - DF, Seção 1, 21 de junho 2011.

BRASIL. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária.** Brasília, 2006.

BRASIL. **Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009. 105 p.

BRAUN, Alice. **Os reflexos afetivos do acolhimento institucional e familiar de crianças e adolescentes.** 2014. 83 f. Monografia (Especialização) - Curso de Direito, Centro Universitário Univates, Lajeado, 2015.

BUFFA, Carolina Gobato; TEIXEIRA, Sueli Cristina de Pauli; ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde. Vivências de exclusão em crianças abrigadas. **Psicologia: Teoria e Prática**, Ribeirão Preto, v. 12, n. 2, p.17-34, jun. 2010.

CAVALCANTE, Lília Iêda Chaves; SILVA, Simone Souza da Costa. **Institucionalização e reinserção familiar de crianças e adolescentes**. 2010. 26 f. Tese (Doutorado) - Curso de Psicologia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL (COFFITO). Resolução Nº 383, de 22 de Dezembro de 2010. **Define as competências do Terapeuta Ocupacional nos Contextos Sociais e dá outras providências**. Brasília–DF.

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CNAS). Resolução Nº 109, de 11 de Novembro de 2009. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília–DF.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. **Relatório da Infância e Juventude – Resolução nº 71/2011: Um olhar mais atento aos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes no País**. Brasília: Conselho Nacional do Ministério Público, 2013. 112 p.

CONSTANTINO, Elizabeth Piemonte; TEIXEIRA FILHO, Fernando Silva; VASCONCELOS, Mário Sérgio. **Acolhimento Institucional em Tempos de Mudança: Uma questão em análise**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011. 218 p.

DEPARTAMENTO DE FISIOTERAPIA, FONAUDIOLOGIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA FACULDADE DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Definições de Terapia Ocupacional**, São Paulo, 1997.

ECA. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. 506 p.

FERRIANI, Maria das Graças Carvalho; BERTOLUCCI, Aline Paiva; SILVA, Marta Angélica Iossi. Assistência em saúde às crianças e adolescentes abrigados em Ribeirão Preto, SP. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 61, n. 3, p.342-348, jan. 2008.

FIGUEIRÓ, Martha Emanuela Soares da Silva; CAMPOS, Herculano Ricardo. Abandono e acolhimento institucional: Estudo de caso sobre maioridade e desinstitucionalização. **Psicologia Argumento**, Curitiba, v. 31, n. 2, p.113-125, mar. 2013.

FOME, Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à. **Censo SUAS 2014: análise dos componentes sistêmicos da política nacional de assistência social**. Brasília: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2015. 178 p.

GALHEIGO, Sandra Maria. O abrigo para crianças e adolescentes: considerações acerca do papel do terapeuta ocupacional. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 14, n. 2, p.85-94, ago. 2003.

GAULEJAC, V. **As origens da vergonha**. São Paulo: Via Lettera, 2006.

IANNELLI, Andrea M.; ASSIS, Simone Gonçalves; PINTO, Liana Wenersbach. Family reintegration of children and adolescents in foster care in Brazilian municipalities with different population sizes. **Ciênc. Saúde Coletiva**, [s.l.], v. 20, n. 1, p.39-48, jan. 2015. FapUNIFESP.

IPEA. LEVANTAMENTO NACIONAL DE ABRIGOS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES DA REDE SAC. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, Goiás, v. 5, n. 1, p.1-18, 2003.

LEANDRO, Vivian Aparecida; PEREIRA, Ana Maria Silvello. Intervenção em terapia ocupacional em casas lares com crianças pré escolares vítimas de violência doméstica: Relato de experiência. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, São Carlos, v. 17, n. 1, p.53-62, mar. 2009.

LUVIZARO, Nathália Azevedo; GALHEIGO, Sandra Maria. Considerações sobre o cotidiano e o habitar de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional em abrigo. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 22, n. 2, p.191-199, ago. 2011.

MAGALHÃES, Celina Maria Colino; COSTA, Lígia Negrão; CAVALCANTE, Lília Iêda Chaves. Percepção de educadores de abrigo: o seu trabalho e a criança institucionalizada. **Rev Brasileira de Crescimento Desenvolvimento Humano**, São Paulo, v. 3, n. 21, p.818-831, ago. 2011.

MARCEL, Antonia Aparecida; SANTOS, Irenilda Angela dos. O Controle Social como ferramenta de construção de Direitos. **Humanidade em Contexto: Saberes e Interpretação**, Cuiabá, v. 2, n. 1, p.1-14, nov. 2014.

MENDONÇA, Cristiana Carvalho. **O acolhimento institucional de crianças e adolescentes no Cemaia: Uma análise sobre a implementação das alterações**

**ocorridas no ECA em decorrência da Lei 12.010/2009.** 2011. 91 f. TCC (Graduação) - Curso de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense, Rio das Ostras - Rj, 2011.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 12 ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

MOREIRA, Maria Ignez Costa. Os impasses entre acolhimento institucional e o direito à convivência familiar. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p.28-37, jun. 2014.

OCUPACIONAL, Associação Americana de Terapia. Estrutura da prática da Terapia Ocupacional: domínio & processo. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 2, n. 26, p.1-49, abr. 2015.

OLIVEIRA, Tatiane Lacerda de. **O Processo de Reintegração Familiar Múltipla: Família, Instituição de Acolhimento e Justiça.** 2014. 201 f. Monografia (Especialização) - Curso de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

PELÚCIO, Larissa. **Abjeção e desejo: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids.** São Paulo: Fapesp, 2009. 264 p.

REIS, Samara Poliane Rodrigues Oliveira. **O acolhimento institucional de crianças e adolescentes e a garantia de direitos no distrito federal.** 2009. 81 f. TCC (Graduação) - Curso de Serviço Social, Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Brasília, Brasília, 2009.

SAMPIERI, R. H. **Metodologia de pesquisa.** 3ª Edição. São Paulo - SP: Mcgraw-Hill, 2006.

SANTOS, Carine Hellen Barreto dos. **Crianças em acolhimento institucional: o lugar do sujeito de direito na escola.**2014. 24 f. TCC (Graduação) - Curso de Psicologia, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande - PB, 2014.  
SCARCELLI, Carina Ferreira Guedes e Ianni Regia. Acolhimento institucional na assistência à infância: o cotidiano em questão. **Psicologia & Sociedade**, São Paulo, v. 26, n. 1, p.58-67, jun. 2014.

SERIKAWA, Fernanda Mendes. **A inclusão/exclusão escolar de crianças e adolescentes em acolhimento institucional.**2015. 97 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Educação, Universidade Federal de Brasília, Brasília, 2015.

SILVA, Enid Rocha Andrade da; AQUINO, Luseni Maria Cordeiro de. Os abrigos para crianças e adolescentes e o direito à convivência familiar e comunitária. **Ipea**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p.1-8, nov. 2005.

SILVA, Geucilene Vieira Lopes da. **Demandas e desafios para a inserção nas escolas públicas de crianças e adolescentes em situação de abrigamento: em estudo de caso no DF**. 2009. 51 f. TCC (Graduação) - Curso de Serviço Social, Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Brasília, Brasília, 2009.

SILVA, Martha Emanuela Soares da. **Acolhimento Institucional: a maioria e o desligamento**. 2010. 136 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010.

SIQUEIRA, Aline Cardoso et al. Processo de reinserção familiar: estudo de casos de adolescentes que viveram em instituição de abrigo. **Estudos de Psicologia**, Santa Maria, v. 1, n. 15, p.07-15, mar. 2010.

SIQUEIRA, Aline Cardoso; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: uma revisão de literatura. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p.71-80, abr. 2006.

SOUZA, Maria Luiza de. **Desenvolvimento de comunidade e participação**. 3º ed. São Paulo: Cortez, 1991

SOUZA, Marli Palma. Políticas de Proteção para a Infância e Adolescência: problematizando os abrigos. **Sociedade em Debate**, Pelotas, v. 12, n. 1, p.139-161, jun. 2006.

VECTORE, Célia; CARVALHO, Cíntia. Um olhar sobre o abrigamento: a importância dos vínculos em contexto de abrigo. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, Perdizes, v. 12, n. 2, p.441-449, dez. 2008.

ZAINE, Hellen Patrícia; ROMANHOLI, Leiziane de Lima. O abrigo e a construção e desconstrução de estigmas: desafio para profissionais que atuam no serviço de acolhimento institucional. **Ptdocz**, Paranaíba, v. 1, n. 2, p.179-187, jun. 2008.

ZINI, Márcia Cristina Paiva Vieira. **O panorama da situação social das crianças e adolescentes em acolhimento institucional no município de São Francisco de Paula - RS**. 2015. 67 f. Monografia (Especialização) - Curso de Gestão Pública Municipal, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

## APÊNDICE

## **APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista Semiestruturada para os sujeitos sociais selecionados**

### **1) Características dos participantes da pesquisa:**

Gênero: \_\_\_\_\_

Nascimento: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_

Naturalidade: \_\_\_\_\_

Escolaridade: \_\_\_\_\_

Data de admissão: \_\_\_\_\_

Bairro que residia: \_\_\_\_\_

Motivo da Institucionalização: \_\_\_\_\_

### **2) Questões condutoras:**

**2.1)** Pseudônimo:

**2.2)** Você pode me contar como é o seu dia a dia? (Frequenta escola? Serviço de saúde?)

**2.3)** Quais atividades você participa fora do abrigo?

**2.4)** Você acha que as atividades oferecidas pelo abrigo na comunidade são suficientes?

**2.5)** Quais atividades você sente falta ou gostaria de realizar?

**2.6)** Você tem contato com a sua família? Qual a última vez que você foi a sua casa/ com que frequência você costuma ir?